

Declaração Universal dos Povos Indígenas e os novos desafios ao Direito Internacional

Sandro Schmitz dos Santos*

Introdução

A intensificação do processo de reconhecimento dos Direitos Humanos na ordem internacional ocorreu na década de 90 e, em especial, a sequência de países que vem lutando por sua independência têm provocado o retorno a temas que, aparentemente, foram esquecidos.

Na realidade, estes temas foram relegados a um segundo plano durante o período da Guerra Fria, tendo em vista, o fato de que o cenário internacional se concentrava na permanente tensão existente entre as potências na época.

Com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, o mundo passou por um período de indefinições, onde ocorreu o fortalecimento do sistema multilateral na primeira parte da década de 90, entretanto, em seguida, o mundo assistiu à deflagração de conflitos terrivelmente sangrentos que resultaram em genocídios que aterrorizaram o planeta e uma terrível contestação, ambos surgiram de tensões internas, ou seja, de conflitos existentes dentro dos próprios países.

Importante ressaltar que nesta década assistimos a uma intensificação do processo de globalização (ou mundialização como prefere a doutrina francesa), que já se anunciava na década de 80. Este processo, provocou um fenômeno curioso, enquanto o mundo passava a desconhecer fronteiras, os países passaram por um processo de intensificação do nacionalismo radical em suas populações, trazendo à tona diversos movimentos racistas e discriminatórios em diversas partes do mundo.

Estes movimentos passaram a ter como alvo migrantes estrangeiros, raças específicas, em especial,

ciganos, negros, entre outras. No entanto, nos mais diversos países que possuem comunidades indígenas estas comunidades passaram a ser alvo de discriminação. A partir deste momento, passou-se a sentir a necessidade de se proteger melhor esta população.

1 Antecedentes históricos

O movimento de inserção das questões indígenas nas relações internacionais não é um fenômeno recente. As primeiras tentativas destes povos em se verem reconhecidos pela comunidade internacional, ainda junto à Sociedade das Nações, ocorreram no início do século XX.

No ano de 1923, o chefe indígena Cayuga Deskaheh, foi a Genebra como representante de seis tribos de índios Iroqueses. Durante mais de um ano, tentando conseguir a atenção da Sociedade das Nações. Apesar de algumas delegações terem escutado seriamente sua causa, a Sociedade não escutou seus apelos. O representante então defendeu sua causa se dirigindo ao povo suíço e permaneceu firme em sua luta até sua morte, que veio a ocorrer em 1925.

Em 1984, com o objetivo de protestar pelo descumprimento no disposto no Tratado de Waitangi, celebrado entre a Coroa Inglesa e os povos Maoris da Nova Zelândia, o Conselho Maori recorreu ao Poder Judiciário, assim como, ao Waitang Tribunal (*New Zealand Maori Council v. Attorney-General*). A decisão judiciária entendeu que este tratado é o fundamento constitucional sobre as relações entre os povos Maori e a Coroa Britânica. De acordo com este Tratado, o Governo Inglês reconheceu aos Maoris o direito de autogoverno, reconheceu os Maoris como cidadãos britânicos e garantiu a completa, exclusiva e não perturbada posse de suas terras.¹

No entanto, este tratado não estava sendo cumprido em seu último dispositivo, ou seja, no que se refe-

* Assessor Jurídico da *Junior Chamber International* – Porto Alegre. Consultor do Projeto Sinapse da Comissão Européia para a área de Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Penal Internacional e Direito Comparado. Membro do *International Bureau of Education* (IBE/Unesco). Analista Internacional do *Humanitarian Practice Network* (Reino Unido).

¹ HENDERSON, Jonh; BELLAMY, Paul. *Democracy in New Zealand*. Christchurch: Macmillan Brown Press, 2006. p. 28-29.

ria às terras. Em virtude deste fato, um pajé maori, W. T. Ratana, se dirigiu a Londres, com uma numerosa delegação, com o objetivo de solicitar auxílio ao Rei Jorge, mas este, no entanto, não lhe deu acesso. Frente a esta situação, o chefe Ratana enviou parte de sua delegação à Genebra para ser ouvida, que não conseguiu uma audiência.

No ano seguinte, 1925, portanto, o próprio Ratana se dirigiu à Genebra, mas novamente não lhe foi concedida uma audiência. Apesar disto, as iniciativas de ambos os chefes indígenas chamaram a atenção da comunidade internacional para um fato: por não reconhecerem a capacidade dos povos indígenas, estes não possuíam nenhum recurso para protestar quando eram descumpridos os tratados internacionais celebrados entre eles e as potências colonizadoras.

Ainda que, seus objetivos originários não tenham sido atingidos, naquele mesmo ano a Organização Internacional do Trabalho começou a investigar o uso de trabalho forçado usando as populações nativas dos países. No exercício de seu mandato, a OIT passou a reconhecer direitos e analisar a situação dos povos indígenas ao redor do mundo. Não era o ideal, que apenas uma agência no sistema internacional da época se interessasse pelo tema, mas, era um importante começo.²

Em 1957, a OIT aprovou o primeiro tratado internacional multilateral sobre os povos indígenas, sendo ele: a Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho sobre Populações Indígenas e Tribais, tendo sido substituída em 1989 pela Convenção sobre as populações indígenas e tribais, ou Convenção 169.

Com a assinatura da Convenção em 1957, o sistema das Nações Unidas passou a analisar em seus diversos órgãos a situação dos povos indígenas no mundo, sendo que, em 1970, a Subcomissão para a Prevenção e Proteção das minorias recomendou que fosse feito um estudo aprofundado sobre a situação dos povos indígenas no mundo. Tendo sido aprovada a recomendação, esta Subcomissão nomeou o Sr. José Martínez Cobo, Relator especial para iniciar este trabalho.

Durante a década de 1970, o Relator especial apresentou uma série de relatórios parciais anualmente,

sendo que, o momento mais importante desta década ocorreu no ano de 1977, quando, 200 delegados indígenas se dirigiram a Genebra para participar de uma Conferência de Organizações Não-Governamentais sobre a discriminação dos povos indígenas.

Esta conferência apresentou um problema em seu início. Por não estarem registrados como Organizações Não-Governamentais, não poderiam ter acesso à conferência. De imediato as Nações Unidas articularam para que estes delegados pudessem ter acesso à conferência.

O Relator-especial apresentou seu relatório final, constituído de cinco volumes, no período compreendido entre 1981 a 1984. Entre suas recomendações, fez um apelo à comunidade internacional para que esta comesse a atuar em nome dos povos indígenas. Porém, antes mesmo do encerramento deste relatório, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas criou em sua estrutura um órgão subsidiário chamado de Grupo de Trabalho sobre as Populações Indígenas com o mandato de acompanhar e examinar os acontecimentos relativos à promoção e proteção dos Direitos Humanos dos povos indígenas. Ainda neste ano, este órgão gestionou junto ao Sistema ONU para que os povos indígenas pudessem participar das reuniões deste grupo, algo até então inédito no sistema.

No ano de 1993, a Organização das Nações Unidas proclamou este ano como o Ano Internacional dos Povos Indígenas com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional no sentido de resolver os problemas envolvendo estas populações. Neste mesmo ano, durante a Conferência Internacional de Direitos Humanos se fez o chamamento internacional para a criação de um Fórum Permanente para os Povos Indígenas. No ano seguinte, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo no período compreendido entre 1995 e 2004 e um dos seus principais objetivos foi o estabelecimento do Fórum Permanente para os Povos Indígenas, criado pela Resolução 22 do Conselho Econômico e Social no ano 2000, órgão este que fez sua primeira sessão em maio de 2002.

Setenta e nove anos após a chegada do chefe indígena Cayuga Deskaheh a Genebra, e não haver conseguido uma audiência junto a Sociedade das Nações, se reunia nesta mesma cidade, pela primeira vez, o Fórum

² Algo necessário a se destacar é o fato de a OIT ter uma tradição em sua trajetória histórica de se antecipar a uma série de violações dos Direitos Humanos, sendo uma das Instituições Internacionais mais proativas no âmbito das Organizações Internacionais.

Permanente para os Povos Indígenas, que é integrado por dezesseis especialistas, sendo oito indicados pelos governos e oito propostos pelos povos indígenas. Este fórum se reúne durante dez dias ao ano em Genebra ou outro local escolhido no ano anterior pelo Fórum.

2 Trajetória da normativa internacional

Antes de se começar as discussões sobre a criação deste documento já existiam, em direito internacional, algumas manifestações desta preocupação em outros documentos na ordem internacional. Alguns destes documentos são: a Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho sobre Populações Indígenas e Tribais, assim como, sua Recomendação, ambas de 1957; a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966; a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial de 1965; a Declaração sobre os Direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas de 1990; e, a Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul) de 1991.

Além destes existem documentos variados em setores específicos, tais como: Conferência dos Povos Indígenas sobre Desenvolvimento Sustentável: Declaração de Kimberley e Plano de Ação dos Povos Indígenas, Declaração de Beijing sobre Mulheres Indígenas, Declaração de Atitlán sobre o Direito a alimentação dos Povos Indígenas, no âmbito da Organização Mundial da Saúde, Declaração de Genebra sobre a Saúde e a Sobrevivência dos Povos Indígenas, e, em caráter mais geral, a Declaração Universal da Diversidade Cultural no âmbito da Unesco.

Deste cenário se percebe que a comunidade internacional vem se movimentando no sentido de normatizar cada vez mais os diversos setores que envolvem os povos indígenas. Tais iniciativas são profundamente necessárias, pois evidenciam os pontos de maior tensão e carência destas populações e, principalmente, criando mecanismos institucionais para exigir do Estado a proteção dos direitos destes povos.

Desnecessário referenciar que a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 também prevê

esta proteção, entretanto, se vale de uma cláusula aberta. Estes documentos citados não exaurem, sob hipótese alguma, os documentos que se referem de forma direta ou indireta esta questão.

Obrigatório, entretanto, referenciar a Declaração e Programa de Ação de Viena, que cita diretamente os povos indígenas em seu item 20 quando afirma:

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reconhece a dignidade inerente e a contribuição singular dos povos indígenas ao desenvolvimento e pluralidade da sociedade e reafirma vigorosamente o compromisso com a comunidade internacional em relação ao bem-estar econômico, social e cultural desses povos e ao seu direito de usufruir dos frutos do desenvolvimento sustentável. Os Estados devem garantir a plena e livre participação de povos indígenas em todos os aspectos da sociedade, particularmente nas questões que lhes dizem respeito. Considerando a importância da promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas e a contribuição dessa promoção e proteção à estabilidade política e social dos Estados onde vivem, os Estados devem tomar medidas positivas e harmonizadas, em conformidade com o direito internacional, para garantir o respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas em bases iguais e indiscriminatórias, reconhecendo o valor e a diversidade de suas distintas identidades, culturas e formas de organização social.

Tal postura adotada em Viena, apenas reafirma a posição histórica do sistema das Nações Unidas contra qualquer espécie de discriminação. Apenas para relembrar, podemos referenciar a firmeza do sistema no combate à política de “apartheid” mantida pela África do Sul algumas décadas atrás.

Interessante, também, transcrever a definição adotada pelas Nações Unidas para o termo discriminação do art. 1, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial de 1965, que possui a seguinte redação:

Na presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Tais condutas odiosas, perpetrando noções racistas e banalizando o mal, na esteira do afirmado por Hannah Arendt, devem ser incessantemente combatidas. Não como pensar em se criar uma sociedade internacional fundada na paz e no respeito aos Direitos Humanos, sem que eliminemos todos os resquícios do racismo e preconceito humano. Com esta breve consideração, encerro esta breve introdução ao sistema internacional de direitos humanos no combate à discriminação aos povos indígenas.

3 Os povos indígenas no mundo: alguns dados

É possível se encontrarem etnias indígenas em todo planeta. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, existem hoje em torno de 500 milhões de indígenas, localizados em mais de 70 países do mundo, em todos os continentes. Esta população responde pela manutenção de, em torno, cinco mil idiomas e culturas diferentes. A riqueza cultural que representam é, sem dúvida, um dos maiores patrimônios imateriais da humanidade nos dias de hoje.

Na América Latina as populações indígenas possuem um peso demográfico extremamente importante. Apenas na Bolívia, de acordo com seu Instituto Nacional de Estatísticas, 62% (sessenta e dois por cento) dos habitantes com mais de 15 anos são pertencentes a um dos povos indígenas do país, e mais de 40% (quarenta por cento) falam algum idioma ameríndio.³ Suas etnias mais importantes são, respectivamente, a quéchua, que corresponde a 30% (trinta por cento) da população, e, a aimará, que responde por 25% (vinte e cinco por cento) da população.⁴

O Canadá possui diversas etnias indígenas, entre as quais as mais conhecidas são os Méetis e os Inuit (esquimós). Este país, tal qual a Nova Zelândia, possui um marco jurídico "sui generis" ao tratar com os povos indígenas, tendo em vista o fato de que os países que integram a Coroa Britânica celebraram uma série de tratados internacionais com estes povos durante o

século XIX, lhes reconhecendo autonomia e o direito a preservar sua diversidade cultural.

Também os Estados Unidos da América possuem diversas populações indígenas, e estes possuem uma série de problemas em decorrência de sua política continuada de assimilação. Um exemplo claro da complexidade do tema é a fluidez existente nas comunidades indígenas, visto que muitas etnias têm membros em diversos países com fronteiras secas. Nos Estados Unidos temos os índios Yumam localizados na região compreendida entre o sudoeste dos Estados Unidos e o noroeste do México.

Assim temos tribos, tais como os Kumeyaay do sul da Califórnia, que são diretamente relacionados aos kumiai da Baixa Califórnia no México. Da mesma forma, os Cocopah do Arizona são diretamente vinculados aos Cucapá do México. Tal realidade não pode ser negada e provoca uma movimentação, normalmente indesejada pelas autoridades, em regiões de fronteira.

No caso brasileiro possuímos, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), em torno de 30% (trinta por cento) de nossa população reconhecida como de etnias indígenas. Apenas na Amazônia existem hoje 163 povos indígenas, que correspondem a 250 mil índios. Entretanto, a população indígena em nosso país não chega 600 mil índios, o que nos faz compreender o tamanho do massacre perpetrado durante a colonização do país. Conforme os mais autorizados pesquisadores na área de história, quando da chegada de Cabral existiam, em nossas terras, em torno de dez milhões de índios, e estes falavam, em torno de, 1.300 idiomas, derivados dos troncos linguísticos tupi, macro-jê, e, aruak.

4 O que é ser indígena? A dificuldade de definir uma identidade

Este é um dos pontos mais difíceis na área da antropologia. Definir os elementos que caracterizam uma etnia pode levar a uma redução indesejada do alcance do reconhecimento de pessoas que a integram. Além disso, em virtude da natureza dos grupos sociais, nenhum grupo de caracteres pode ser considerado estático, tendo em vista que grupos sociais costumam interagir.

³ LINERA, Álvaro García. Os movimentos indígenas na Bolívia. In *Diplomacia, Estratégia e Política*. Ano 1, Número 3, (abril/junho 2005), Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2005. p. 12.

⁴ *Idem*.

Adicionalmente, uma etnia não é determinada apenas por elementos objetivos, mas também, e para muitos, principalmente, pelos seus elementos subjetivos. Desta forma, os elementos culturais, tais como: línguas, cultura, religião, e, organização social são elementos de vital importância para esta caracterização. Na década de 80, o Dr. Martinez Cobo, assim definiu:

são comunidades, povos e nações indígenas os que, tendo uma continuidade histórica, com as sociedades anteriores a invasão e pré-coloniais que se desenvolveram em seus territórios, se consideram diferentes de outros setores das sociedades que agora prevalecem nesses territórios o em partes dele. Constituem, agora, setores não dominantes da sociedade e tem a determinação de preservar, desenvolver e transmitir as futuras gerações, seus territórios ancestrais e sua identidade étnica como base de sua existência continuada como povo, de acordo com seus próprios padrões culturais, suas instituições sociais e seus sistemas legais.⁵

Na esteira deste pensamento, muitos deixam aos próprios povos indígenas a definição de critérios para o reconhecimento de suas etnias. Esta situação, entretanto, gera uma instabilidade indesejada na comunidade internacional, além de uma séria indefinição de padrões. Em virtude deste fato, as mais diversas instituições internacionais têm definido critérios mínimos para o reconhecimento da existência de uma etnia indígena.

Ciente desta situação, a Assessoria Jurídica do Banco Mundial, em parecer expedido em 2005, definiu quatro critérios básicos para o reconhecimento de uma etnia indígena para fazer jus aos Programas do Banco. São eles: auto-identificação e reconhecimento dos outros como indígenas; elemento de coletividade no uso da terra e recursos naturais; elementos políticos, sociais, econômicos e culturais com forte elemento de costume; e, linguagem diferente do idioma oficial do país.

Obviamente, no caso do quarto critério, o uso de seu idioma tradicional pode ser concomitante ao uso do idioma oficial do país, mas não é aceito a perda de sua diversidade linguística. Caso tal ocorra, o indivíduo

indígena será considerado como aculturado e, portanto, não poderá utilizar recursos do Banco Mundial voltado a estas populações.

5 A Declaração Universal dos Povos Indígenas: surge a discussão

O ano de 1993 foi emblemático para quem trabalha com a proteção internacional da pessoa humana. Neste ano, ocorreu a II Conferência Internacional dos Direitos Humanos em Viena, Áustria. Neste ano também foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o: "Ano Internacional dos Povos Indígenas".

Esta Declaração foi proposta pelo Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas (GTPI), criada no âmbito da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias da Organização das Nações Unidas. O projeto apresentado possui diversas qualidades, mas, a principal é o fato do reconhecimento de direitos coletivos, especialmente, de grupos específicos.

O projeto de declaração é dividido da seguinte forma: um preâmbulo dividido em quinze parágrafos e sete partes, prevendo a existência de trinta artigos, que foram denominados de "parágrafos operativos". Na atualidade, este projeto se encontra parado em virtude da oposição dos mais diversos Estados, entre eles, o Brasil por questões de ordem técnica, que deverão ser muito negociadas nos próximos anos. Passemos então à análise do projeto.

6 O Preâmbulo

No direito dos Tratados, o Preâmbulo é a primeira parte a ser analisada e é, sem qualquer dúvida, uma das partes mais importantes de um documento internacional. Isto porque, é o Preâmbulo que delimita as razões da confecção do tratado, seu objeto, suas regras de interpretação e seu direcionamento no texto que irá seguir no articulado. Não raras vezes, o preâmbulo elenca os princípios e valores que permeiam toda a normativa que irá guiar o instrumento internacional.

Em regra, um Tratado possui a seguinte divisão: o *Preâmbulo*, onde estão descritas as partes contratantes; as *Considerandas*, onde se delimita o objeto do tratado e sua principiologia; o *Articulado*, onde constam os dis-

⁵ MARTINEZ-COBO, José. *Special Rapporteur to the Subcommission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities: Study of the problem of discrimination against Indigenous Populations* (UN Doc. No. E/CN.4/Sub.2/1986/87). New York: UN, 1987. p. 12.

positivos normativos; o *Fecho*, onde constam as normas de vigência e, em alguns casos, regras de interpretação; e as *Assinaturas*, onde os plenipotenciários apõem sua concordância. Com pequenas variações, estas são as partes que a maior parte da doutrina compreende como integrantes de um tratado internacional.

No preâmbulo do projeto existem pontos que devem ser destacados, tais como: a constante referência à autodeterminação dos povos; o reconhecimento da igualdade de todos os povos; o reconhecimento das perdas sofridas pelos povos indígenas; e a constante referência ao auxílio para o fortalecimento de suas culturas. Estes pontos serão analisados na sequência.

6.1 A autodeterminação dos povos

A concepção deste direito é extremamente recente, pois remonta à Carta da ONU, ou seja, ao ano de 1945. Até então, não se falava, por parte das potências coloniais do séc. XIX, na possibilidade de autodeterminação dos povos sem governo próprio.

A Carta da ONU, em seu Capítulo XI, prevê como sua missão sagrada (*"sacred trust"*) garantir os meios para o desenvolvimento destes povos para a constituição de seus governos e posterior independência. A redação dada pela Carta da ONU é a seguinte:

Capítulo XI – Declaração Relativa a Territórios sem Governo Próprio

Art. 73 – Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e *aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios* e, para tal fim, se obrigam a:

a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso;

b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento;

c) consolidar a paz e a segurança internacionais;

d) promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando for o caso, com entidades internacionais especializadas, com vistas à realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica enumerados neste Artigo; e

e) transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os Capítulos XII e XIII da Carta.

O projeto de Declaração prevê, em diversos momentos, o direito de autodeterminação dos povos indígenas em seu preâmbulo, assim como em seu articulado. A primeira vez que aparece este conceito na Declaração é nos parágrafos 12 e 13 do preâmbulo, que possuem a seguinte redação:

12 – Ressaltando que os Convênios Internacionais sobre os Direitos Humanos afirmam a *fundamental importância do direito à autodeterminação*, assim como o direito de todos os seres humanos de procurar seu desenvolvimento material, cultural e espiritual em condições de igualdade e dignidade;

13 – Tendo em conta que nada nesta Declaração pode ser usado como justificativa para negar a qualquer povo seu *direito à autodeterminação*;

O parágrafo 12 do preâmbulo referencia os Convênios Internacionais ao afirmar a importância da autodeterminação dos povos como fundamental, mas, o que vem a ser a autodeterminação dos povos?

Em sua origem, autodeterminação dos povos remetia não apenas ao seu direito de determinar livremente sua cultura, mas, também o seu direito a independência. No entanto, com as recentes evoluções do Direito Internacional, este direito passou a ter duas dimensões bem claras, a saber: uma *dimensão externa*, que significa o direito que todos os povos possuem de estar livres de qualquer forma de dominação estrangeira, e, uma *dimensão interna*, que se refere ao direito do povo escolher seu próprio destino, em todos os seus aspectos, se necessário contra seu próprio governo.

E é, neste segundo aspecto, que muitos países vêm se preocupando com a Declaração. Alguns entendem que, em se reconhecendo este direito, determinados povos indígenas, poderiam reivindicar possessões territoriais e, até mesmo, pensar em uma secessão de Estado, ou seja, reclamarem o direito de criarem países indígenas.

Apesar de esta ser uma permanente preocupação das Nações do Mundo, a possibilidade de um povo indígena desejar uma secessão de Estado é praticamente inexistente. Pelo atual estágio do Direito Internacional, o conceito de autodeterminação dos povos se vincula muito mais ao reconhecimento da existência dos povos e da preservação de suas identidades culturais, em todos seus aspectos, do que a qualquer espécie de pretensão territorial, salvo, claro, nos casos ocorridos nos últimos anos. É o que deixa claro o art. 1, da Declaração em seus parágrafos operativos, que possui a seguinte redação:

1 – Os povos indígenas têm o *direito à autodeterminação, de acordo com a lei internacional*. Em virtude deste direito, eles determinam livremente sua relação com os Estados nos quais vivem, num espírito de coexistência com outros cidadãos, e livremente procuram seu desenvolvimento econômico, social, cultural e espiritual em condições de liberdade e dignidade.

Um ponto bastante controverso no projeto é o que se refere ao que a Declaração achou por bem definir de “genocídio cultural”. O art. 6 da Declaração utilizou este termo para definir os atos descritos a seguir: qualquer ato que tenha o objetivo ou o efeito de privá-los de sua integridade como sociedades distintas, ou de suas características ou identidades culturais ou étnicas; qualquer forma de assimilação ou integração forçadas; perda de suas terras, territórios ou recursos; imposição de outras culturas ou formas de vida; e qualquer propaganda dirigida contra eles.

De péssima redação, este dispositivo é o legítimo elemento retórico inscrito na Declaração. Existe uma propensão muito forte a inexistência de pragmatismo em alguns órgãos de defesa de Direitos Humanos no planeta. E, geralmente, estes órgãos acabam por pressionar por artigos inócuos ou que venham a impedir a criação de um documento internacional por ideais dificilmente factíveis em curto prazo.

O referido artigo determina, corretamente, a prevenção da ocorrência dos atos acima descritos, sendo, entretanto, esta prevenção decorrente do próprio direito a autodeterminação. Determina também, o direito a indenização decorrente dos atos descritos. Devemos lembrar que, ao se levantar a questão da indenização aos descendentes dos povos africanos na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban 2002, ocorreu um verdadeiro esvaziamento da Conferência, que se agravou com a retirada das delegações do Governo dos Estados Unidos da América e de Israel.

A realidade, neste caso, se impõe. Dificilmente os países irão concordar com qualquer documento internacional que preveja de forma objetiva o direito a indenização por violações sofridas pelos povos. Não digo que não devamos buscar, “*a posterior*”, a reparação das violações sofridas por estes povos, entretanto o momento exige que nos preocupemos com o presente e o futuro destes povos e não com dívidas de um passado nem tão distante.

Na atualidade, este tipo de dispositivo serve unicamente para procrastinar a adoção de um documento internacional de grande importância e para o uso político por parte de partidos políticos e instituições mal-intencionadas.

Do direito de autodeterminação deriva uma série de direitos, entre eles o de ser protegido de quaisquer espécies de violações de seus direitos mais fundamentais como seres humanos e, como tal, sobre o manto protetor da Carta Internacional de Direitos Humanos.

A autodeterminação dos povos deve ser compreendida como o direito de um povo de determinar sua cultura, suas instituições políticas e sociais e a dinâmica de sua sociedade. Este direito deve garantir sua autodeterminação tanto no âmbito de suas comunidades quanto em ambientes externos desta. Neste sentido as palavras de Dalee Sambo Dorough quando afirma:

Nosso direito de autodeterminação existe não apenas com nossas comunidades, mas também fora de nossas comunidades. Nosso direito de autodeterminação inclui o fato de que estou aqui como uma pessoa indígena, fazendo uma apresentação para vocês da minha concepção de ver o mundo.

Esta é uma expressão de minha autodeterminação fora de minha comunidade.⁶

Cessões territoriais, insurgências, entre outras preocupações apontadas pelos países como obstáculos a concessão deste direito não passam de eventuais argumentos para não ampliarem suas responsabilidades internacionais. Quanto à questão específica do genocídio, todos os povos que integram as Nações Unidas estão protegidos e ao mesmo tempo obrigados a evitar, reprimir, prevenir e buscar todos que cometam este crime internacional por meio da Convenção das Nações Unidas para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio assinada em 09 de dezembro de 1948.

6.2 A igualdade jurídica entre todos os povos

Apesar de parecer evidente esta igualdade, a cada documento que se cria, ela é reafirmada. E, assim deve ser. Continuamente surge alguém, ou grupos, querendo dizer que um povo é superior a outro, que uma nação é melhor que outra. A história, infelizmente, insiste em se repetir em suas piores cenas.

O projeto inicia o preâmbulo com a seguinte assertiva: “1 - Afirmando que todos os povos indígenas são livres e iguais em dignidade e direitos, de acordo com as normas internacionais, e reconhecendo o direito de todos os indivíduos e povos de serem distintos e de considerarem-se distintos, e serem respeitados como tais”.

Este dispositivo, além de afirmar a igualdade existente entre os povos indígenas, determina também a aplicabilidade de todas as normas internacionais de Direitos Humanos a estes povos, evitando, desta forma, qualquer interpretação restritiva quanto ao uso de outros instrumentos internacionais para estes povos.

Entretanto, um dos mais importantes dispositivos do projeto vem a seguir, na terceira consideranda, quando a Declaração afirma:

⁶No original: “Our right of self-determination exists not only within our communities, but also outside of our communities. Our right of self-determination includes the fact that I am here as an Indigenous person, making a representation to you of my conception of our world view. This is an expression of self-determination outside of my community”. DOROUGH, Dalee Sambo. *Advancing the Human Rights of Indigenous Peoples – A critical challenge for the International Community*. Toronto: ICHRDD, 2005. p. 14.

3 – Convencidos de que todas as doutrinas, políticas e práticas de superioridade racial, religiosa, étnica ou cultural são cientificamente falsas, legalmente inválidas, moralmente condenáveis e socialmente injustas.

Em raras vezes a comunidade internacional foi tão incisiva ao negar o racismo. Esta consideranda não permite interpretações, sendo taxativa. A postura adotada foi intransigente, mas, não deve existir flexibilidade com argumentos para destruir a espécie humana. Se começarmos a tolerar este tipo de crença, em breve estaremos justificando o uso de armas nucleares para terminar com impasses econômicos.

6.3 As perdas sofridas

Inegavelmente, as populações indígenas estão entre as populações que mais perderam e sofreram na história da humanidade. Poucos povos sofreram tanto, foram tão espoliados quanto os povos indígenas, especialmente, os índios das Américas.

Em decorrência deste fato, boa parte do discurso de entidades de defesa dos índios se baseia totalmente em resgatar, devolver o que lhes foi tirado. Certamente, deve existir uma forma de compensação, entretanto, é premente que se perca o discurso — ainda existente — do inimigo. Enquanto esta barreira não for vencida, será impossível se pensar em reconciliação entre os povos indígenas e o descendente europeu.

Em sua quarta consideranda, a Declaração reconhece as constantes violações sofridas pelos povos indígenas em seus direitos humanos e liberdades fundamentais. Neste sentido, a Declaração em seu art. 16 prevê:

Os povos indígenas têm o direito à restituição, e na medida em que isto não seja possível, a uma justa ou equitativa compensação pelas terras e territórios que hajam sido confiscados, ocupados, usados ou sofrido danos sem seu livre e informado consentimento. A menos que se acorde livremente outra coisa pelos povos envolvidos, a compensação tomará preferivelmente a forma de terras e territórios de qualidade, quantidade e status legal pelo menos iguais àqueles que foram perdidos.

Neste sentido, o art. 16 foi extremamente correto ao prever uma compensação justa e equitativa aos povos indígenas pelas terras e territórios que lhes foram confiscados. Ainda permite que os governos acordem

esta compensação com os povos interessados. Esta, sem dúvida, foi uma grande redação que permite que os Estados tratem de forma individualizada os temas a serem tratados com suas populações indígenas sem uma indevida ingerência internacional no processo de negociação.

6.4 O fortalecimento da cultura

Este é, sem dúvida, um dos pontos mais importantes destacados no projeto. Se a população é o corpo de um povo, sua cultura é a alma. O resgate e a preservação dos elementos culturais de um povo é a melhor forma de resgatar o orgulho deste povo. Ao conhecer seus elementos culturais, um povo restabelece sua identidade e, finalmente, pode resgatar sua auto-estima.

Diversos dispositivos do projeto buscam a preservação da cultura dos povos indígenas. A dinâmica da cultura modifica permanentemente uma sociedade. No caso brasileiro, isto fica evidente. A milonga gaúcha é tão brasileira quanto o frevo ou o samba.

Alguns dizem que o samba não é brasileiro, e sim africano. Em parte isto é verdade, mas, as origens são africanas, no entanto, o samba hoje é criação genuinamente brasileira. A milonga é brasileira, mas, sua origem remete à Argentina e ao Uruguai, porém, a que escutamos hoje é do Rio Grande do Sul, brasileira, portanto. Preservar a cultura não é torná-la hermética. É resgatar sua origem, mas, também permitir que ela sofra e provoque as influências de sua natural evolução.

A declaração prevê este resgate e preservação, principalmente, em sua oitava consideranda que tem a seguinte redação: "Respalando os esforços para consolidar e fortalecer as sociedades, culturas e tradições dos povos indígenas, através de seu controle sobre os processos de desenvolvimento que afetem a eles ou às suas terras, territórios e recursos".

Um dos pontos mais importantes neste dispositivo refere-se ao direito de ser diferente. Os povos indígenas têm o direito de preservar sua cultura de forma integral sem haver necessidade de adequação aos parâmetros da sociedade de origem europeia. Cada vez mais, devemos perceber não apenas a existência, mas, também, a importância do multiculturalismo, da diversidade cultural de nosso mundo.

Direitos culturais são parte essencial da defesa dos Direitos Humanos. Estes direitos são definidos no art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos arts. 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e, na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural celebrada no âmbito da Unesco.

Um dos pontos essenciais da preservação da diversidade cultural de um povo é garantir a preservação de sua linguagem. Entre as expressões culturais, o idioma é uma das mais importantes, pois é através deste que uma comunidade pode se comunicar entre si e com meios externos. Neste sentido: "linguagem é uma expressão da identidade cultural, pelo qual conhece o meio ambiente, a história e conhecimento é preservado e transmitido as futuras gerações".⁷

Este tem sido um dos pontos mais debatidos e fortalecidos no cenário internacional. A Unesco vem trabalhando continuamente no sentido de promover e incentivar o conhecimento da "Declaração de Princípios sobre a Tolerância", que foi aprovada na 28ª reunião de sua Conferência Geral, em 16/11/1995.

Este certamente é um dos pontos mais importantes a serem debatidos sempre, assim como, a intolerância é um dos males que devemos estar sempre vigilantes para vencer. Neste sentido, importante lembrar a advertência da Unesco sobre a questão da violação dos direitos culturais:

Violações de direitos culturais de vários grupos, a negação do direito a ser diferente, ter diferentes identidades culturais tem servido como combustível de muitas perigosas patologias como o etno-nacionalismo agressivo, xenofobia, racismo e anti-semitismo.⁸

Como anteriormente dito, ao se buscar o resgate da cultura de um povo estamos resgatando a própria

⁷ No original: "language is an expression of cultural identity, through which knowledge about the environment, history and science is stored and transmitted to future generations". ROYAL DANISH MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Tool Kit – Best practices for including indigenous peoples in sector programme support. Copenhagen: MFA, 2005. p. 37.

⁸ "Violations of cultural rights of various groups, rejection of the right to be different, to have different cultural identities have become very dangerous pathologies which fuel aggressive ethno-nationalism, xenophobia, racism and anti-semitism." SYMONIDES, Janusz; VOLODIN, Vladimir. "A Guide to Human Rights – Institutions, Standards, Procedures". Paris: Unesco, 2001. p. 118-119.

essência deste povo. Mas este objetivo só será alcançado se superarmos os fundamentalismos culturais, as radicalizações que alguns tentam erigir em barreiras intransponíveis entre populações, ou seja, quando aprendermos a não ver o outro como inimigo.

7 Um perigoso ponto de tensão

Os artigos 26, 27 e 28 do projeto prevêem a total autonomia dos povos indígenas e lhes confere uma parcial capacidade internacional, sendo que, no art. 26, impõe ao Estado o dever de facilitar o contato dos povos indígenas com seus grupos em países estrangeiros. Este dispositivo é extremamente avançado para o Direito Internacional Contemporâneo, porém, de difícil instrumentalização, pois toca em um tema extremamente sensível aos Estados: a soberania.

No art. 27 inova ao conferir aos povos indígenas a capacidade de poder submeter qualquer disputa surgida entre seu Estado e seu povo a quaisquer instâncias, sejam elas nacionais ou internacionais. Novamente, tocamos no tema soberania.

A redação do art. 28 avança ainda mais em matéria de Direito Internacional, pois prevê o direito a qualquer grupo, povo ou indivíduo indígena de buscar as instâncias regionais ou internacionais para resolver seus conflitos e surpreende ao recomendar a possibilidade de uso de negociações, mediação, arbitragem, cortes nacionais, revisão e mecanismos de apelação sobre direitos humanos, regionais e internacionais, ou seja, diversos instrumentos típicos de Direito Internacional.

A moderna concepção do Direito Internacional Público avança no sentido de fortalecer a autonomia do indivíduo, assim como, de organizações privadas de agirem de forma própria na arena internacional. Apesar de os Estados ainda serem os mais importantes atores internacionais neste cenário, a comunidade internacional vem evoluindo bastante no sentido de reconhecerem outros atores neste sistema.

Neste sentido ensina o Professor Roberto Cuéllar quando afirma que:

Assim mesmo, a democracia e a participação não só deve ocorrer no direito interno. A ampliação das margens de participação cidadã devem dar-se também no sistema interamericano. Há uma clara diferenciação das possibilidades de participação da

sociedade civil perante os órgãos políticos da OEA, como na Assembléia Geral ou o Conselho Permanente e nos órgãos de proteção.⁹

Tal iniciativa que vem se dando no âmbito do sistema interamericano vem no contexto de uma série de modificações que vem sendo feitas no Direito Internacional nos últimos anos, em especial, na União Européia, onde a capacidade do indivíduo de agir de forma autônoma nesta arena vem aumentando.

A concepção clássica de Direito Internacional se funda na teoria de Hegel que vê o Estado como um ente todo poderoso, e de acordo com esta doutrina o indivíduo deve permanecer sempre sob a tutela do Estado. Sobre estas bases, os Estados resistiram por décadas para não conceder a emancipação do indivíduo frente à comunidade internacional.

Em obediência a esta premissa, os Estados viam os indivíduos como obrigação apenas de seus Estados de origem não se preocupando com a forte demanda causada por migrações internacionais, refugiados, em virtude de guerras, e outras categorias de violações de Direitos Humanos. O surgimento, no século XIX, e posterior fortalecimento do Direito Internacional Humanitário levaram ao gradual reconhecimento de obrigações internacionais dos Estados para com os indivíduos. Com o tempo, em algumas regiões se passou a reconhecer a capacidade de o indivíduo poder postular em causa própria em Cortes Internacionais, caso da Europa. Hoje, entretanto, se tem lutado para se ampliar esta representatividade na órbita internacional.

Estes três artigos deveriam ser mantidos quando for votada esta proposta em sua integralidade, pois demonstraria um importante avanço na postura dos Estados na proteção internacional da pessoa humana.

8 Um elemento polêmico

O art. 18 do projeto toca em um dos pontos mais importantes e controversos no que se refere à cultura indígena: a propriedade intelectual. Este ponto é controverso, pois, não são poucas indústrias, em especial as

⁹ CUÉLLAR, Roberto. Participación de la sociedad civil y sistema interamericano de Derechos Humanos em contexto. In Corte Interamericana de Derechos Humanos. *El sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos em el Umbral Del siglo XXI*. San Jose: CIDH, 2003. p. 353.

farmacêuticas, que vão em busca de povos portadores de conhecimentos tradicionais com o objetivo de desenvolver novos medicamentos baseados neste conhecimento ancestral.

Desde o início da década, vem se tornando famoso o termo biopirataria. Este termo vem sendo relacionado à busca de material genético da biodiversidade, em regra, na flora do país, tendo sido, entretanto, registrado casos de retirada de sangue de povos indígenas na região Amazônica. Essas denúncias, porém, não foram totalmente comprovadas.

Não concordo, porém, com este termo. O chefe da Seção de Recursos Genéticos, Biotecnologia e Conhecimentos Tradicionais da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) propôs o nome biogrilagem, posição esta a que me filio. Isto porque, nem todo material genético retirado do país, é retirado de forma ilegal, o que descaracterizaria a pirataria, esta um crime internacional desde 1835.

Do ponto de vista de Nações Unidas, temos um problema quanto à propriedade intelectual do conhecimento tradicional indígena. Se, for um patrimônio cultural, estaria sobre o mandato da Unesco, portanto, patrimônio da humanidade; caso seja, considerado patrimônio intelectual de forma convencional, estaria sobre o mandato da OMPI. Por sua própria natureza, é mais provável que esteja sob o mandato da Unesco.

Apesar de polêmico, este artigo do projeto soluciona algumas questões bem importantes e define de forma clara quem detém esta propriedade. A redação do artigo foi muito feliz como se vê na sequência:

18 – Os povos indígenas têm o direito a medidas especiais de proteção, como propriedade intelectual, de suas manifestações culturais tradicionais, como a literatura, desenho, artes visuais e representativas, cultos, conhecimentos médicos e conhecimento das propriedades úteis da fauna e da flora.

Este artigo impõe aos países que assinarem este documento uma ação positiva, já que exige que se crie legislação de implementação. Apesar disto, provavelmente é um dos dispositivos mais importantes previstos neste projeto. Em nosso caso, em especial, urge que se crie legislação prevendo a gestão do patrimônio imaterial dos povos indígenas de nosso país.

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual, ciente dos diversos problemas que podem surgir

em virtude deste aproveitamento ilícito de conhecimentos tradicionais, criou em sua estrutura o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore. Em 2005, este comitê criou o Fundo Voluntário para financiar a acreditação de observadores, representando as comunidades indígenas e comunidades locais em sua reunião anual.

Por outro lado, este conhecimento tradicional se refere ao patrimônio imaterial da Humanidade e, desta forma, integra o mandato de Paris, gerido pela Unesco. A melhor solução para tais questões seria, sem dúvida, a gestão conjunta deste tema pelas duas agências especializadas da ONU, tendo em vista o fato de que o tema aborda necessariamente ambos os temas.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que foi aprovada em 17/10/2003, patrimônio cultural imaterial são:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Na verdade a redação do art. 18 da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas consolida uma tendência que vem se manifestando já há algum tempo em reconhecer o patrimônio imaterial destes povos. Esta tendência já havia se manifestado juridicamente em âmbito multilateral, quando foi determinado, no art. 8º, j, da Convenção da Diversidade Biológica, que os seus Estados-Partes devem, de acordo com sua legislação, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas dos povos indígenas e locais.

A 6ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, realizada em Bonn, teve entre seus documentos finais um documento mais conhecido como “Orientações de Bonn”, onde constam as seguintes orientações: é condição de acesso aos recursos genéticos a prévia informação e conhecimento das populações envolvidas, estabelecem parâmetros para

pesquisadores na área de recursos genéticos, ponderam o papel da Propriedade Intelectual na partilha do acesso e dos benefícios. Destas irei abordar com mais vagar, o consentimento.

Consentimento informado

Um ponto sempre controverso no que se refere ao biodireito é a questão do consentimento informado. Este é entendido como a necessidade de que a pessoa que seja objeto de pesquisa seja informado de todos os riscos e vantagens que poderão advir do experimento a que está se submetendo. Porém, já há algum tempo, existem pesquisadores que entendem não ser suficiente.

Hoje a maior parte dos pesquisadores entendem que o consentimento deve ser informado e esclarecido, ou seja, além de informar a pessoa que irá ser objeto de pesquisa esta deverá ser informada sobre *todos* os procedimentos de forma individualizada, ou seja, seus possíveis riscos e as vantagens esperadas destes procedimentos, assim como, esclarecido para pessoa o que quer dizer exatamente cada termo. Em outras palavras, com as pessoas envolvidas na pesquisa que não possuam conhecimento técnico estas devem ser informadas em linguagem corrente e, *jamaiz* em linguagem técnica-científica.

O consentimento informado permite o exercício pleno da autonomia do paciente em relação a si mesmo. É, na realidade, o exercício do máximo respeito por parte do profissional de pesquisa para com as pessoas envolvidas. Respeito este que materializa o princípio da preservação da dignidade humana, que, no caso do Brasil, é fundamento da República.

Um caso real

O Professor Marcelo Dias Varella relata em sua obra o caso ocorrido com as plantas Ayhuasca da Amazônia. O pesquisador Loren S. Muller patenteou a planta sob o nome *Banisteriopsis caapi*, que foi identificada e depositada no *United States Patent and Trademark Office* – USPTO, alegando que sua planta possuía tamanho, formato e textura diferente da variedade tradicional. Tendo em vista a argumentação, o USPTO concedeu o registro da patente.

Em virtude deste fato, várias ONGs ligadas à proteção dos povos indígenas em conjunto com o Center for International Environmental Law (CIEL) pediram a USPTO a anulação da patente. Fundaram seus argumentos na inexistência de novidade da patente e nos aspectos morais. Em novembro de 1999, o USPTO anulou a patente fundada na inexistência de novidade no objeto de registro, sem considerar os aspectos morais envolvidos.¹⁰

Diversos são os aspectos que podem ser considerados, tais como: a transferência ilícita de tecnologia e conhecimentos tradicionais, o próprio fato da biopirataria, assim como, a ocorrência de apropriação indebita em eventuais lucros derivados da patente referida. Em nosso caso se torna mais grave ainda, tendo em vista a exigência de nossa legislação que contratos de transferência de tecnologia devem ter sua cláusula de jurisdição necessariamente eleger a jurisdição brasileira, regra esta, em princípio, protetiva aos nossos povos indígenas.

A situação criada pelo pesquisador que solicitou a patente, legitimou o país a atuar judicialmente contra ele. Apesar de muitos argüírem a legitimidade do país acionar internacionalmente o governo dos Estados Unidos da América, esta não se sustentava. Isto porque, o país, no caso dos Estados Unidos da América, não possui culpa pela ação ilícita de seus cidadãos. Em última instância poderia legitimar o governo americano a acionar seu cidadão.

Conclusão

Este ensaio não pretende, sob hipótese alguma, esgotar esta temática, mas apenas apresentar alguns dos dispositivos mais importantes de um documento internacional que está sendo criado. Dada sua importância, e alcance após sua criação, o documento não poderá iniciar sua vigência sem que a comunidade internacional tenha conhecimento de seu conteúdo.

Devemos lembrar sempre que: “todo texto legal ou tratado, deverão ser interpretados objetivamente e contextualizado, de acordo com as demandas e valo-

¹⁰ VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Econômico Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 369-370.

res de sua época".¹¹ Em virtude desta realidade, cumpre observarmos sempre a necessidade de se atualizar a normativa internacional, por meio de novos tratados ou a criação de protocolos adicionais aos tratados já existentes, adequando as instituições internacionais às novas realidades da sociedade internacional.

A proteção internacional dos Direitos Humanos nos impõe prévio conhecimento dos instrumentos que estão sendo negociados, principalmente, quando estes documentos possuem dispositivos que representem um inegável avanço ao Direito Internacional, caso do documento em estudo.

Apenas trabalhando com esta perspectiva, podemos pensar em alcançar os objetivos descritos na Carta de São Francisco, que criou a Organização das Nações Unidas, de preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra e, principalmente, de fazer respeitar os Direitos Humanos. Tais objetivos só poderão ser realizados quando nos concentrarmos no objetivo comum de construir um mundo com paz e tolerância para todas as nações.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE MELLO, Celso Duvivier de. *Curso de Direito Internacional Público*. 12 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 2 Vol.
- BATELAAN, Pieter; COOMANS, Fons. *The International basis for Intercultural education including anti-racist and the Human Rights*. Sumalatraan: IBE, 1995.
- CASSESE, Antonio. *International Law*. Second Edition. Oxford: Oxford University Press, 2005
- CUÉLLAR, Roberto. Participación de la sociedad civil y sistema interamericano de Derechos Humanos em contexto. In Corte Interamericana De Derechos Humanos. *El sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos em el Umbral Del siglo XXI*. San Jose: CIDH, 2003. p. 349-354.
- DOROUGH, Dalee Sambo. *Advancing the Human Rights of Indigenous Peoples – A critical challenge for the International Community*. Toronto: ICHRDD, 2005. p. 14-15.
- DANINO, Roberto. The legal aspects of the World Bank's work on Human Rights. In *Development Outreach*, volume 8, Number two, Washington: WBI, october 2006. p. 30-32.
- HENDERSON, Jonh; BELLAMY, Paul. *Democracy in New Zealand*. Christchurch: Macmillan Brown Press, 2006.
- JO, Hee Moon. *Introdução ao Direito Internacional*. São Paulo: LTr, 2004.
- LINERA, Álvaro Garcia. Os movimentos indígenas na Bolívia. In *Diplomacia, Estratégia e Política*. Ano 1, Número 3, (abril/junho 2005), Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2005. p. 12-31.
- MARTINEZ-COBO, José. *Special Rapporteur to the Subcommission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities: Study of the problem of discrimination against Indigenous Populations* (UN Doc. No. E/CN.4/Sub.2/1986/87). New York: UN, 1987.
- MASCARENHAS, Gilberto. A Biodiversidade Brasileira no âmbito do acordo TRIPS. In *Revista Brasileira de Inovação*, vol.3, n. 2, Brasília: INEP, julho/dezembro de 2004. p. 393-416.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Projeto da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas*. Nova Iorque: UN, 1994.
- PALACIO, Ana. The way forward – Human Rights and the World bank. In *Development Outreach - Human Rights and development*. Washington: WBI, october 2006. p. 35-37.
- ROYAL DANISH MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Tool Kit – Best practices for including indigenous peoples in sector programme support*. Copenhagen: MFA, 2005.
- SMITH, Rhona K. M. *International Human Rights*. Second Edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SYMONIDES, Janusz; VOLODIN, Vladimir. *A Guide to Human Rights – Institutions, Standards, Procedures*. Paris: Unesco, 2001.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O caso Timor-Leste: O direito de autodeterminação do povo timorense. In *O Direito Internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 723-745.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Las cláusulas pétreas de la protección internacional del ser humano: El acceso directo de los individuos a la justicia a nível internacional y la intangibilidad de la jurisdicción obligatoria de los Tribunales Internacionales de Derechos Humanos. In Corte Interamericana de Derechos Humanos. *El sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos em el Umbral Del siglo XXI*. San Jose: CIDH, 2003. p. 5-68.
- VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Econômico Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- WILKEN-ROBERTSON, Miguel. Los bajocalifornianos nativos: raíces profundas, grandes esperanzas. in *Desarrollo de base*, volumen 27, número 1, Arlington: IAF, 2006. p. 32-35.

¹¹Tradução livre do autor: "...any legal texts or treaty, must be interpreted purposefully and contextually, according to the demands and values of their times". PALACIO, Ana. The way forward – Human Rights and the World bank. In *Development Outreach - Human Rights and development*. Washington: WBI, october 2006. p. 36.